

EMPRESARIADO E DITADURA

O caso da Guerra Civil Espanhol e o Franquismo¹

BUSINESSMEN AND DICTATORSHIP

The case of the Civil Spanish War and Francoism

PEDRO GIOVANNETTI MOURA²

RESUMO

O artigo objetiva explorar a influência do empresariado na ascensão do franquismo. Para tanto, analisa a Guerra Civil Espanhola, destacando o papel decisivo dos empresários na queda da Segunda República e no movimento de sublevação. Tendo isso em vista, divide-se o artigo em três partes: o estudo inicia com uma visão geral da guerra, debatendo teses que minimizam a dimensão econômica do conflito. Em sequência, apresentam-se exemplos da atuação empresarial na derrocada republicana. Por fim, investiga-se o papel dos empresários na diplomacia do governo Franco, evidenciando sua função não apenas como apoiadores, mas como articuladores-chave na aliança Madrid, Roma e Berlim. Utilizando uma variedade de fontes, incluindo bibliografia especializada, documentos diplomáticos e periódicos espanhóis, o estudo adota uma perspectiva gramsciniana do Estado ampliado, destacando a relação orgânica entre o empresariado, os interesses econômicos e as ambições diplomáticas no contexto do franquismo

Palavras-chave: Empresariado. Ditadura. Franquismo. Guerra Civil Espanhola. Iberoamérica.

ABSTRACT

The article explores the influence of the business community on the rise of Francoism by analyzing the Spanish Civil War, emphasizing the decisive role of businessmen in the downfall of the Second Republic. Divided into three parts, the study commences with an overview of the conflict, engaging in discussions that minimize its economic dimension. It subsequently presents instances of business involvement in the republic's demise. Finally, it delves into the role of businessmen in Franco's government diplomacy, emphasizing their function not merely as supporters, but as pivotal figures in the Madrid-Rome-Berlin alliance. Utilizing diverse sources such as specialized bibliographies, diplomatic

¹ O artigo conta com o suporte da FAPERJ, por meio do programa FAPERJ Nota 10, e da CAPES, através do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE). O autor agradece a ambas as instituições.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRJ).

documents, and Spanish periodicals, the study adopts a Gramscian perspective of the extended state, highlighting the organic relationship between the business community, economic interests, and diplomatic ambitions within the context of Francoism.

Keywords: Businessmen. Dictatorship. Francoism. Spanish Civil War. Iberoamerica

INTRODUÇÃO

Pensar na colaboração do empresariado na deflagração de golpes que culminam em governos ditatoriais não é uma novidade na historiografia brasileira. Desde Dreifuss (1981), com seu monumental estudo sobre o caráter de classe do golpe de 1964 no Brasil e o papel ali desempenhado pela classe empresarial, não é possível analisar ditaduras militares sem seus componentes empresariais. Na América do Sul, o estudo dessa relação vem ganhando projeção acadêmica, com a realização de eventos e publicações sobre a temática ³. O ponto de partida do presente artigo, assim, é ampliar o escopo geográfico dessas análises, saindo do cone sul e pensando no mundo Ibero-Americano e, mais especificamente, no caso espanhol.

Dezoito anos antes do golpe guatemalteco de 1954 – inaugurador de uma sucessão de golpes de Estado na América Latina –, o General Franco não reconhecia a legitimidade do governo republicano espanhol e iniciava um movimento de sublevação que levaria o país a uma guerra civil. Embora ambientado em um outro contexto – no caso espanhol pensamos na conjuntura da Segunda Guerra Mundial e na disseminação dos regimes fascistas, diferentemente dos golpes latino-americanos, marcados pela atuação estadunidense na Guerra Fria –, o movimento franquista guarda semelhanças importantes com seus congêneres latino-americanos. Em ambos temos: golpes eminentemente militares; participação de segmentos conservadores das sociedades; um anticomunismo visceral; e principalmente, a ampla participação dos empresariados locais em prol da supressão do regime democrático e da

³ A lista de indicações é extensa, mas, resumidamente, consultar: (BASUALDO, 2022) e (VERBITSKY; BOHOSLAVSKY, 2013) para o caso argentino; (BOHOSLAVSKY, 2016) para o caso uruguaio; (CAMPOS; BRANDÃO; LEMOS, 2020) para o caso brasileiro; (SMART; BOHOSLAVSKY; FERNÁNDEZ, 2019) para o caso chileno.

perseguição aos opositores políticos. Até mesmo o apoio conferido pelos Estados Unidos a esses novos regimes não foi diferente: no caso ibérico, com a derrota dos países do eixo na Segunda Guerra Mundial, se opera um reposicionamento da política externa do país que contou com o apoio decisivo estadunidense.

Projetando explicitar que o empresariado teve um papel central no movimento de sublevação e atuou fortemente pelo golpe contra a Segunda República Espanhola, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, são levantados alguns aspectos gerais sobre a Guerra Civil Espanhola e a participação do empresariado nesse processo. Aqui, o objetivo é entender o caráter de classe da Guerra Civil Espanhola. Ao debater com teses que advogam em favor de um suposto “particularismo” da Guerra Civil Espanhola – na qual coexistiriam componentes de classe, conflitos regionais e disputas entre republicanos e monarquistas –, o artigo busca retomar a centralidade da disputa de classe no conflito, não a secundarizando. Na segunda sessão, pretende-se apresentar alguns exemplos concretos de atuação empresarial na guerra civil, explicitando sua importância para a derrocada da República. Por fim, a terceira parte é centrada no papel do empresariado espanhol na articulação diplomática do governo Franco junto à Itália fascista e à Alemanha nazista. Mais do que a atuação como apoiadores ocasionais, o empresariado espanhol se envolveu como agente ativo na conformação de um eixo Madrid-Roma-Berlim.

Para estabelecer essa discussão, foi combinada bibliografia produzida sobre o tema, documentos da diplomacia e do Estado espanhol disponibilizados por Asiaín (2012) e reportagens de periódicos espanhóis acessados na base de dados da Biblioteca Nacional da Espanha (BNE). Partindo dos pressupostos gramscinianos da teoria do Estado ampliado (GRAMSCI, 2000), a ideia é alargar a noção de Estado espanhol e nele incorporar elementos cruciais da sociedade civil – os empresários e suas associações de classe. Dessa maneira, é possível entender a relação entre empresariado e franquismo como não meramente um *lobby*, mas enquanto uma vinculação orgânica, que atuou com um propósito econômico e visão diplomática particulares.

1. GUERRA CIVIL ESPANHOLA E EMPRESARIADO: APONTAMENTOS

INICIAIS

“Nuestra cruzada es la única lucha en la que los ricos que fueron a la guerra salieron más ricos.” (Francisco Franco, in SÁNCHEZ SOLER, 2021, p.11)

“Una sociedad con libertades no puede construirse sin libertad económica y sin un reconocimiento explícito de la misma en la Constitución”. (El País, año III, n.617, 07/02/1978) ⁴

Após a morte de Francisco Franco, os principais jornais nacionais ecoavam os apelos fervorosos do empresariado espanhol por liberdade política e econômica. Augustín Rodríguez Sahagún, presidente da CEPYME (*Confederación de la Pequeña y Mediana Empresa*) e vice-presidente da CEOE (*Confederación Española de Organizaciones Empresariales*), sintetizou o contexto vigente, postulando a necessidade de uma "união nacional" pautada na "liberdade e transição". Contudo, essa liberdade não se restringia ao espectro político-democrático; em verdade, seu cerne residia no âmbito econômico, tangenciando a criação de um arcabouço legal que assegurasse à propriedade privada uma indiscutível proteção e valorização.

Dessa maneira, não seria um equívoco afirmar que, para o empresariado espanhol, a morte do ditador representava um alívio. Franco tornara-se um problema. A condenação à morte de 16 membros do ETA⁵ (*Euskadi Ta Askatasuna*), no começo da década de 1970, provocara uma intensa onda de mobilização estrangeira que converteu o regime franquista em verdadeiro “pária” da política internacional do período (AMORÓS, 2019, p. 386). Mas não só: antes mesmo da luta pelos Direitos Humanos se voltar contra Franco, a presença do ditador não mais servia aos propósitos do empresariado local. Valendo-se de uma combinação entre estigmas e preconceitos contra os povos da península ibérica disseminados pelos países do norte europeu (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2018) e críticas a um modelo de governo não democrático e alinhado aos regimes fascistas (AMORÓS, 2019, p.384; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2012, p.

⁴ Os jornais aqui mencionados foram acessados na Sala da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (BNE), em setembro, outubro e novembro de 2023.

⁵ O ETA foi a mais atuante organização nacionalista espanhola ao longo do governo Franco. Motivados por ideias socialistas e separatistas de uma das regiões mais ricas da Espanha – o País Vasco –, o ETA se notabilizou por uma série de atentados contra altos oficiais do regime franquista. O grupo anunciou seu fechamento definitivo em 2011. Ver (CALVO, 2012).

701), a entrada na CEE (Comunidade Econômica Europeia) fora vetada aos espanhóis nas sucessivas levas de novos países ingressos ao bloco desde as décadas de 1950 e 1960.

Importantes organizações empresariais se levantavam contra os prejuízos causados à economia espanhola com o não ingresso à CEE. A Seopan (*Asociación de Empresas Constructoras y Concesionarias de Infraestructura*), patronal das empreiteiras nacionais, já em 1975 apontava para os prejuízos dessa não participação espanhola junto ao órgão europeu: cerca de 9% no valor total do PIB e 16% nos lucros para as empreiteiras espanholas (SEOPAN, 1975). Franco convertia-se, assim, em um empecilho aos interesses do empresariado espanhol. Mas não foi sempre essa a visão do empresariado espanhol sobre o ditador.

Se, para os anos 1970, a democracia era um valor universal e a liberdade imperiosa para o crescimento espanhol, nos anos 1930 o lema franquista “*Spain is different*” agradava o empresariado nacional. O golpe de Estado de 17/07/1936 sob a liderança do General Franco reuniu um conjunto de forças sociais internas diversas: monarquistas carlistas e afonsistas; militantes da Falange Española de las JONS e de partidos políticos como a CEDA (*Confederación Española de Derechas Autónomas*); a Igreja Católica; e o empresariado espanhol. Para além do anticomunismo como elemento unificador desta variedade de forças (VILAR; GÁZQUEZ, 1986), a implementação de medidas econômicas no governo Manuel Azaña (1931-1933) – com forte cunho de proteção ao trabalhador –, influenciaram nas críticas ao governo republicano, centradas no “problema da economia”.

A questão econômica e do desenvolvimento nacional ocupavam, desde o século XIX, uma posição de destaque no debate público espanhol. A própria disciplina de História Econômica havia sido fundada nesse contexto (BRODER, 2000). Ramon Tamames Gómez, nos anos 1960, apontava como o modelo de desenvolvimento espanhol, pautado no investimento estrangeiro, acabou por organizar um modelo industrial ineficiente, cuja fraqueza se acentuara a partir da perda das últimas colônias nacionais – Cuba, Porto Rico e Filipinas (TAMAMES GOMEZ, 1969). Beevor, por sua vez, chamava a atenção para a predominância da agricultura – cerca de 50% do PIB nacional em início do século – e do turismo

como traços constitutivos da Espanha enquanto “potência de segunda categoria”, sendo a Catalunha uma singularidade notável (BEEVOR, 2005, p. 6-7). O ex-ministro das finanças da ditadura Primo de Rivera (1923-1930), o jurista conservador José Calvo-Soteldo, resumia bem o dilema crônico nacional (CABRERA, 2003, p. 45): *“España adquiriera compromisos de orden internacional, por un afán de estar completamente incorporados a la vida del mundo, más allá de lo que consentía a la economía española”*.

No entanto, não foi a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo o responsável por quase unificar o empresariado em uma posição antirrepublicana nos anos 1930. Essa unidade se deu como uma resposta à implementação de uma legislação social vista como “prematura e inoportuna” pelo empresariado espanhol (CABRERA, 2003, p. 40). A nomeação do socialista Largo Caballero para o ministério do Trabalho do governo republicano, em 1931, somado à implementação de medidas como a proibição de despejos, ampliação da lei de acidentes de trabalho, fixação de jornada laboral de oito horas, obrigação de contratação de trabalhadores do mesmo município e o fim dos despejos, conferiu coesão discursiva e de atuação a um segmento antes cindido por diversas questões regionais (CABRERA, 2003, p. 42). Para Palafox (1992, p. 276), o ponto central não era o risco de uma “quebra” generalizada do setor devido ao alto custo econômico das medidas de proteção social, mas sim o custo político da implementação desse conjunto de medidas em um contexto político nacional e internacional de intensa mobilização das classes subalternas. O ministro Largo Caballero e o PSOE (Partido Socialista Obrero Español) - a despeito de, até 1933 não terem assumido uma posição qualificada por Beevor (2005, p. 18) como de “bolchevização” aberta -, foram duramente criticados por organizações patronais de Andaluzia, Valencia, Viscaya, Alicante, Catalunha e Pais Vasco.

A oposição empresarial se manifestou a partir de notas públicas e da convocação de numerosos atos chamados por diversas organizações patronais, dentre às quais a *Confederación Gremial*, a *Confederación Patronal* e a *Estudios Sociales y Económicos* e a *Unión Económica*. O alvo principal dessas organizações, por certo, foi o decreto de Jurados Mistos, de sete de maio de 1931 (2013, p. 433 a 435). Com essa medida haviam sido criados organismos

para regular as condições de trabalho no campo, integrados por seis indicados das organizações patronais, seis das organizações obreiras locais e um secretário nomeado pelo Ministério do Trabalho. Como efeito imediato, se observou a subida do valor da remuneração na jornada de trabalho no campo – de 3,5 para 5 pesetas diárias. Essa “intranquilidade constante” criou um profundo senso de urgência no empresariado, conforme afirmou Rafael Salgado, presidente da Câmara de Comércio de Madrid, em audiência pública em 1933 (ACEÑA, 2013, p. 433).

O descontentamento de importantes setores do empresariado espanhol foi, por certo, uma das condicionantes do golpe de 1936 e a posterior guerra civil. Sobre este tema, dada sua extensão, tanto no que diz respeito ao seu processo histórico quanto ao debate historiográfico ao redor, não caberia ao presente artigo uma maior exposição⁶. Para o nosso propósito, no entanto, há um aspecto mais geral da Guerra Civil importante de ser discutido: o suposto singularismo do conflito espanhol, sintetizado por Antony Beevor em seu clássico *La Guerra Civil Española*. Logo na introdução de seu livro, ao iniciar a discussão sobre a guerra, afirma o autor que:

Se costuma apresentar a Guerra Civil Espanhola como o resultado de um choque entre a esquerda e a direita, mas sabemos que isso é uma simplificação enganosa. O conflito tinha outros dois eixos: centralismo estatal contra independência regional, e autoritarismo contra liberdade do indivíduo. Uma das razões que explicam a maior coerência política e militar das forças nacionais reside no fato de que, apenas com exceções menores, combinaram três extremos aglutinantes. Eram de direita, centralistas e autoritárias (...) [A República] vinha a ser um conjunto de incompatibilidades e suspeitas mútuas.⁷ (BEEVOR, 2005, p. 4) [Tradução própria]

⁶ A Guerra Civil Espanhola é um dos temas – ou talvez o tema – mais pesquisados dentro da pesquisa acadêmica espanhola, passando por historiadores, cientistas políticos, economistas, psicanalistas, sociólogos e militantes políticos. Melhor do que um interminável listado de obras que abordem o tema é, ao nosso ver, deixar a indicação do artigo de Blanco Rodríguez (2007), cujo propósito é, justamente, condensar em um único artigo as principais produções sobre o tema, mapeando seus campos teórico-metodológicos.

⁷ No original: “Se suele presentar a la guerra civil española como el resultado de un choque entre la izquierda y la derecha, pero sabemos que eso es una simplificación engañosa. El conflicto tenía otros dos ejes: centralismo estatal contra independencia regional, y autoritarismo contra libertad del individuo. Una de las razones que explican la mayor coherencia política y militar de las fuerzas nacionales radica en que, con sólo alguna excepción menor, combinaron tres extremos aglutinantes. Eran de derechas, centralistas y autoritarias a la vez. La República, por el contrario, venía a ser un crisol de incompatibilidades y sospechas mutuas”.

A tese propagada por Beevor propõe uma complexificação do conflito espanhol. Se, por um lado, essa visão enriquece a análise do fenómeno ao ampliar seu escopo analítico, por outro, convém afirmar que o autor o faz com um propósito político que, ao fim e ao cabo, equipara os dois lados do conflito. Ao advogar por uma “complexificação de um conflito”, Beevor acaba por atenuar o carácter golpista do movimento de sublevação. Primeiro, ao afirmar que a esquerda não possuía um programa político sólido capaz de aglutinar amplos setores sociais. Segundo, ao questionar o compromisso da Frente Popular com a democracia, quando indaga se, em caso da vitória eleitoral da coalização encabeçada pela CEDA, as forças de esquerda respeitariam o resultado eleitoral - e responder, categoricamente, que “suspeita que não” (BEEVOR, 2005, p. 5). Dessa forma, retomando a clássica teoria da ferradura de Jean-Pierre Faye, Beevor é um dos expoentes da visão liberal de uma guerra “entre extremos”. Ao “complexificar” a Guerra Civil Espanhola, apresentando diferentes matizes e interesses, é apagada a real polarização que cindiu o país: as forças de direita sob Franco - com amplo suporte empresarial e estreitas ligações com Hitler e, sobretudo, Mussolini -, versus as forças republicanas.

Nesse íterim, alguns exemplos do comportamento empresarial e de seus representantes clarificam e reiteram a afirmação acima realizada, ao reforçarem uma polarização demarcada por seu componente de classe. No dia 05 de novembro de 1934, o parlamento espanhol foi tomado por um debate que opôs Cano López, um republicano de perfil conservador, e Antonio Goicoechea⁸, jurista com forte ligação com o empresariado, deputado e presidente do partido Renovación Española. Sob um contexto de fortes protestos na rua e no parlamento contra o governo republicano de direita de Alejandro Lerroux, o jornal *La Nacion* transcreveu o debate que opôs os deputados. Cano Lopez, demonstrando-se um crítico ao comunismo, inicia sua intervenção pedindo uma moção de “apoio e confiança” ao novo governo, justificando esse apoio diante

⁸ Antonio Goicoechea é um ator fundamental do contexto da Guerra Civil Espanhola. Foi um advogado proveniente de família de empresários espanhóis que viviam em Cuba. Sua atuação política sempre orbitou ao redor de partidos de extrema direita espanhóis, como *Acción Popular*, *Renovación Española* e *Falange Española*. Foi na atuação junto ao empresariado espanhol, sobretudo na defesa jurídica e política dos interesses da CEOE (*Confederación Española de Organizaciones Empresariales*) e da *Acción Social Patronal*, que ganhou projeção (GOICOECHEA, 1916). Sua relação junto ao setor lhe garantiria a indicação ao cargo de governador do Banco de España, entre 1938 e 1950, já sob o regime franquista.

dos “marxistas [que] se preparam para uma revolta”. Segue em seu discurso pedindo o cumprimento da lei e que “não seja feito derramamento de sangue”. Afirmo o jornal que o deputado foi aplaudido timidamente, enquanto uma maioria protestava (LA NACION. Madrid, año 10, n. 2763, 06/11/1934, p. 3). Goicoechea, em resposta, afirma “falar em nome dos anseios do povo” e que:

Não crê que é acertada a posição do governo Lerroux em colocar igual distância entre as direitas e as esquerdas. Há uma massa de direita que está ao lado da defesa da pátria. (...) [Cano Lopez e outros deputados] se mostram inimigos do poder enquanto ordem pública (...) [e conclui] com eloquentes elogios ao glorioso exército da Espanha e é ele a esperança da Espanha. (LA NACION. Madrid, año 10, n. 2763, 06/11/1934, p. 4).

Os “eufóricos” aplausos que sucederam o discurso do representante empresarial Antonio Goicoechea, relatados pelo jornal, são um indicativo de uma cisão que se operava entre esse setor e os princípios democráticos. À direita espanhola – mesmo a monarquista –, não bastavamais um governo conservador e anticomunista; cada vez mais este campo político se articulava ao movimento de sublevação, coincidindo pautas e homogeneizando um discurso em prol do golpe e da ruptura institucional.

Quando esmiuçamos a atuação empresarial catalã e vasca – as mais ricas províncias espanholas até meados dos anos 1980 –, é que é possível melhor verificar como a guerra civil operava a partir da conformação de dois blocos muito bem definidos. E, principalmente, que o rubicão que os cindia estava, justamente, nos interesses de classes com projetos antagônicos, mais do que em identidades nacionais/regionais. As atividades conspiratórias no País Vasco⁹ se iniciaram logo no nascimento do regime republicano (UGARTE, 1992, p. 3). É nas eleições de 1936, todavia, que a atuação de grupos carlistas e falangistas locais se acentua. No dia 14 de junho, o empresário José Luis Oriol, em contato com Emilio Mola, líder da sublevação do norte, coloca à disposição do movimento cerca de 250 mil pesetas, além da totalidade dos homens recrutados localmente através do movimento carlista vasco. Esse contingente, por sua vez, foi incorporado ao movimento da sublevação junto ao movimento falangista de

⁹ É também em Bilbao a origem da família Aznar, importantes banqueiros espanhóis próximos ao regime franquista (GAGO, 2004).

Navarra sob o lema “Por Dios y por España” (UGARTE, 1992, p. 4) - um lema nacionalista espanhol, e não vasco. A reação dos movimentos de esquerda foi a convocação de uma greve geral, levando a confrontos com as forças do movimento golpista.

Na Catalunha, por sua vez, a situação foi parecida. Após a vitória franquista os segmentos empresariais locais até se queixaram da falta de espaço junto ao aparato de poder, a despeito de sua “renúncia e condenação ao passado recente, e arrependimento pela falsa rota catalã”¹⁰ (MOLINERO; YSAS, 1990, p. 2). Porém, durante a guerra civil, o que predominou foi um amplo apoio dos grupos empresariais locais à luta de Franco. Ante uma situação vista como de ameaça política, econômica e física diante do avanço do movimento republicano, a burguesia industrial catalã, grupo hegemônico na região, cerrou fileiras junto ao movimento antirrepublicano. O *Gremio de Fabricantes*, por exemplo, importante patronal da indústria têxtil local, bradava contra a “intervenção obreira nas fábricas” (MOLINERO; YSAS, 1990, p. 4) aprovada pelo primeiro governo republicano, em 1932:

A intervenção obreira na indústria – seja na forma de comitês de empresa ou de controle e gestão –, é um procedimento de clara inspiração marxista e foi considerado por altos dirigentes comunistas internacionais como a arma mais eficaz para desordenar a produção industrial e preparar o assalto e a conquista do poder.

Dessa forma – e sem perder de vista especificidades e particularismo regionais –, pode-se afirmar que mesmo nas regiões cujos movimentos separatistas apresentavam maior musculatura política na Espanha o que se assistiu foi a reprodução de uma cisão pautada nos interesses de classe. De um lado, um forte aparato militar respaldado internamente por associações empresariais; de outro, o movimento republicano que tinha no apoio dos movimentos de trabalhadores organizados sua principal base.

Mas o que explicaria esse apoio contundente do empresariado espanhol à sublevação franquista, mesmo no caso de províncias escanteadas pelo governo central? González Fernández, analisando o que denomina “cultura

¹⁰ No fim do século XIX e começo do século XX, a Catalunha passara por importantes movimentações pela independência da região. Como parte de uma tentativa de se aproximar do governo franquista, o catalão foi abolido como língua oficial pelo governo provincial.

empresarial”, chama a atenção para um paradoxo na percepção deste grupo sobre o binômio mudança e inovação. Se, por um lado, o empresariado seria um grupo social aberto ao “risco”, ele, objetivamente, só aceita ônus de assumir esse risco a partir do momento que controla os fatores que o cercam (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2007, p. 39). Em uma economia não integrada aos fluxos internacionais, os empresários necessitariam de um horizonte seguro para seus investimentos, o qual somente poderia advir do marco político, independentemente do quão democrático este o seja. Logo, pedir para essa classe uma suposta neutralidade frente ao regime político seria impossível, a despeito de constantes declarações de organizações empresariais que se afirmavam enquanto “apolíticas”. Se não podemos deduzir que os empresários, em princípio, rechacem o regime democrático, também é falso entender esse seu apoio de forma incondicional. Democracia apenas se vinculada à economia de mercado (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2007, p. 36 a 40).

Foge ao escopo do presente artigo uma análise mais pormenorizada dessa estreita vinculação do empresariado e do regime franquista ao longo do período ditatorial (DE LA TORRE; GARCÍA-ZÚÑIGA, 2013; GAGO, 2004). O que podemos brevemente apontar é que eram dois os polos de atração exercidos pelo governo junto aos empresários. O primeiro destes polos foi a construção de uma verdadeira rede de parentesco unindo esses grupos. A província de Alicante oferece um exemplo significativo. São conhecidos os casos dos governadores civis José María Paternina (1944-1949) e Jesús Aramburu (1949-1954). O primeiro, casara-se com Mercedes Bono Marín, da influente família proprietária de *La Industrial Alicantina*, líder no segmento de produção de doces em escala industrial. Já o segundo, casara-se com membro da principal família acionista da *Papeleras Reunidas de Alcoy* (RECIO, 2003, p. 17).

Já o segundo desses polos é o conjunto de medidas protetivas ao empresariado implementadas pelo regime franquista. Como ponto de partida, pode-se apontar as leis de defesa e proteção bancárias e da indústria nacional, de 1939, que regulavam as condições para a criação de novas empresas e de ampliação das antigas. Esse conjunto de leis seria mais bem detalhado no *Plan de Estabilización*, de 1959, que garantiu uma verdadeira reserva de mercado às empresas espanholas, num processo de “cartelização da economia espanhola”

(RECIO, 2003, p. 16). Os empresários instalados em indústrias como as de automóvel, siderurgia, material ferroviário, química (BUESA; PIRES, 2002, p. 173) e da construção civil (VILLANUEVA, 2009) foram particularmente beneficiados nesse processo. A literatura sobre a política econômica franquista aponta como o INI (Instituto Nacional de Industria) foi largamente empregado enquanto o principal instrumento estatal de aporte para as empresas. Em fins de 1963, o INI contava com 61 sociedades estabelecidas junto a empresas espanholas, sendo que, da maioria, dispunha da totalidade ou maioria do capital investido (COMÍN; ACEÑA, 2003; DE LA TORRE; GARCÍA-ZÚÑIGA, 2013; JIMÉNEZ, 2005). Muitos diretores e membros do INI eram provenientes de grandes empresas espanholas, ao mesmo tempo em que o INI controlava – via políticas públicas ou mesmo controle acionário – boa parte dos rumos dessas empresas. Estado e empresariado, assim, se retroalimentavam, conformando uma estrutura de poder altamente excludente.

Por fim, cabe sublinhar o aspecto repressivo assumido pelo Estado em situações de protestos dos trabalhadores. A OS (*Organización Sindical*) foi o órgão criado para institucionalizar uma estrutura de repressão ao movimento de trabalhadores organizados. Esse sindicato era composto por empresários e trabalhadores indicados pelos próprios empresários, em uma evidente conformação de poder altamente hierarquizada (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2004, p. 7). Pautado no princípio fascista do corporativismo e da colaboração de classes para o desenvolvimento nacional, na prática, a OS era mais um dos órgãos a legitimar às demandas empresariais ao poder central de Madrid. A combinação entre redes de parentesco, medidas protetivas ao empresariado e de repressão aos trabalhadores, dessa forma, garantiam uma sólida relação entre o governo franquista e esse grupo social.

Diferentemente dos casos latino-americanos a implementação do regime ditatorial franquista foi precedida por uma guerra civil em um contexto particular: a disseminação dos regimes fascistas pela Europa. Os empresários espanhóis, nessa seara, manifestaram apoio ao regime franquista e foram por ele beneficiados com uma série de políticas. No entanto, mais do que “obrigados” a

tomar partido ante uma disputa de “extremos políticos”¹¹, o empresariado espanhol atuou na linha frente pela sublevação franquista, tanto internamente – mediante financiamentos expressivos -, quanto externamente, ao converter-se, em alguns casos, em verdadeiros diplomatas não oficiais do regime junto a Alemanha e Itália. Sobre estes casos nos voltaremos nas sessões seguintes.

2. EMPRESARIADO E A SUBLEVAÇÃO FRANQUISTA. QUESTÕES INTERNAS

Discutida a relação empresários e ditaduras de uma forma mais global e tendo sido apresentado aspectos que contextualizam o caso espanhol, as duas sessões seguintes projetam o estudo da ação direta desse grupo social durante a Guerra Civil. Tendo em vista esse propósito, uma das alternativas possíveis seria analisar o comportamento institucional das organizações empresariais frente a sublevação franquista (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2004; JIMÉNEZ, 2005; RECIO, 2003). De fato, uma análise metodológica centrada em instituições patronais ofereceria uma visão de fôlego para discutir a temática proposta. Contudo, restringir-se às fontes institucionais incorreria em três insuficiências para o tema proposto.

A primeira delas é apontada por González Fernández (2004). Embora o franquismo operasse sob uma lógica de estruturação de sindicatos mistos, os representantes patronais, muitas vezes, sequer se preocupavam em construir estes espaços – mesmo tratando-se de locais que atuavam em seu benefício. Afirma o autor que os CPEs (Conselhos Provinciais de Empresários) não despertavam um grande interesse do empresariado, que optava, sempre que possível, em atuar diretamente com a administração franquista. O Conde Bandrés, importante empresário sevilhano e ex-presidente do CPE, chegou a pleitear ao ministro de Relações Sindicais a conveniência de, aparte a relação institucionalizada via CPE-administração, manter sessões informativas e reuniões restringidas de trabalho (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2004, p. 14).

¹¹ Essa visão era difundida por José Entrecañales Ibarra, homem forte da construtora espanhola Entrecañales y Távora (atual Acciona), ao afirmar que a empresa que ganhara diversas licitações de obras do governo franquista fora “obrigada” a contribuir para a reconstrução nacional no pós-guerra. (CASTAÑO; QUIROGA VALLE, 2011, p. 80).

Uma segunda implicação pela escolha restrita a fontes de patronais desponta ao entendermos como o capitalismo espanhol do período apresentava um baixo grau de complexidade. Diferentemente de outros casos de implementações de regimes ditatoriais nos anos 1960 e 1970, a Espanha dos anos 1930 não era um Estado com alto grau de desenvolvimento capitalista. Utilizando como estudo de caso o setor das engenharias e construtoras espanholas (GOÑI, 2008; NICOLÁS ZÁRATE, 2017) – que, a partir dos anos 1960 se solidificam enquanto setores estratégicos do capitalismo espanhol -, veremos que suas patronais (Tecniberia e Seopan) seriam criadas apenas em 1957 e 1964, respectivamente. Mesmo o já citado *Plan de Estabilización* franquista, de 1959, talvez seja a primeira tentativa robusta de ordenamento do desenvolvimento capitalista espanhol. Esse fato faz com que, no período em questão, as entidades patronais não eram ainda entidades poderosas.

Além disso, não podemos perder de vista que a chegada de Franco ao poder não se deu através de uma vitória eleitoral ou sequer resultou na restituição da monarquia frente a uma república não legítima. Pelo contrário, foi produto de uma sublevação militar que contou fortemente com apoio italiano e alemão. Essa situação, levando em consideração a questão institucional das patronais, poderia implicar em uma tentativa de “esconder” certas posições, não as explicitando.

Em contrapartida, se debruçar sobre alguns exemplos de atuação individual de grandes empresários no período é ilustrador do real papel desse segmento no movimento franquista. Para tanto, além de análises feitas por historiadores, nos deteremos sobre alguns documentos disponibilizados pela BNE e por José Ángel Asiaín, em seu *La financiación de la Guerra Civil Española. Una aproximación histórica*¹².

Um desses exemplos¹³ de significativo apoio empresarial foram as figuras dos catalães Francesc Cambó e Jaume Castell i Lastortras. O primeiro foi um empresário e político catalão que atuou como assessor financeiro de importantes

¹² Conforme descrito pelo próprio Asiaín (2012, p. 153), sua obra é menos uma análise financeira da Guerra Civil, e mais um levantamento de diversas fontes sistematizadas nas 3080 páginas de seu livro, entre capítulos e anexos. Fontes essas de suma importância para quem deseja discutir o franquismo e suas implicações econômicas.

¹³ Sánchez Soler (2011) oferece um amplo listado de empresários espanhóis com distintas trajetórias que contribuíram com o movimento golpista.

empresas espanholas, estabelecendo importantes contatos na Itália e na França. Foi presidente da CHADE (*Compañía Hispano Americana de Electricidad*), uma das maiores empresas de eletricidade do país. Cambó se notabilizou frente ao movimento sublevado espanhol quando, em 1935, em debate nas cortes catalãs, proferiu enfático discurso contra o movimento separatista local, em defesa do estatuto que unia a Catalunha e a Espanha (El Sol. Madrid, año XIX, n.5635, 15/09/1935, p. 12). Villanueva afirma que, com a deflagração do movimento de sublevação, Cambó não tardou em colocar sua fortuna à disposição de José Quiñones de León, delegado em Paris dos militares sublevados (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 437;454). Além disso, operou sua rede de contatos no exterior, arrecadando importantes doações para o movimento. Já o segundo era proprietário do Banco Suñer que, através da construção de contatos junto ao palácio de El Pardo, adquiriu uma sucursal madrilenha do Banco de Medina, e, fundindo os dois bancos, criou o Banco de Madrid. Para a administração do banco foi nomeado José María Martínez Ortega, sogro do filho de Franco (SÁNCHEZ SOLER, 2011, p. 86 a 88).

Dentro da área de domínio republicano, alguns foram os exemplos de empresários que contribuíram para a formação de organização paramilitares com o propósito de desestabilizar os governos locais. Félix Huarte e José Fernández Rodríguez representam dois casos de empresas de construção poderosas que atuaram com esse propósito. Proprietários da *Navarra Huarte* e da madrilenha *Sederías Carretas*, aportaram mais de 350 mil pesetas de apoio ao movimento franquista, sob a forma de donativos ao exército espanhol, à Junta Carlista de Guerra e à FET-JONS (Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista) (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 434). Os exemplos citados são interessantes para compreender uma dinâmica de operação tipicamente herdada do fascismo pelo movimento franquista: a combinação da politização do exército junto do financiamento de grupos paramilitares, como à Junta Carlista e à FET-JONS.

No entanto, por certo, o nome mais significativo dessa relação franquismo-empresariado é Juan March. Oficialmente empresário com investimentos em ramos diversos, como a pecuária de porcos, navios

transatlânticos e petróleo, Juan March fez sua fortuna também através da compra e venda de terrenos e, sobretudo, com o contrabando de tabaco. Na Primeira Guerra Mundial desenvolveu relações junto à banca inglesa, através de financiamentos ao país, sempre se afirmando enquanto um liberal anglófono. Nos anos 1950 era considerado como o homem mais rico da Espanha (Fundação Juan March, s.d.).

A trajetória de March é um impressionante elo histórico entre contrabando, empresariado espanhol, capital inglês, franquismo e nazismo. Eleito deputado de cortes pela província de Mallorca, desde o início de seu mandato se mostrou opositor ferrenho ao regime republicano, com discursos públicos pleiteando pelo retorno à monarquia e tratando o governo republicano como ilegítimo. Esse posicionamento fez com que, em 1932, fosse processado acusado de contrabando e de corromper deputados das cortes. Em uma intervenção pública, o ministro da Fazenda do governo Azaña, Jaime Carner, assim caracterizou/caracterizava o empresário:

March não é inimigo da República e nem amigo da República; March não foi amigo e nem inimigo da ditadura [Primo de Rivera]; March não é amigo e nem inimigo de nada; March é March... O que quer March é que ante sua vontade tudo sucumba. March nem nos quer e nem nos odeia; o que quer ir contra sua vontade é seu inimigo.¹⁴ (ASIAÍN, 2012, p. 155. Tradução própria)

A despeito de sua riqueza e poder econômico, as denúncias por contrabando acabaram por legitimar a prisão de March frente aos deputados. O debate nas cortes tratando de sua soltura ou cumprimento integral da pena eram acalorados, sendo seus opositores, constantemente, acusados de perseguição política ao empresário (ASIAÍN, 2012, p. 158).

Aqui, convém salientar que os opositores a March partiam dos mais diferentes espectros políticos espanhóis. A resolução oficial do Partido Comunista Espanhol de 1936 colocava March - junto do ministro Calvo-Soteldo e do político e empresário Goicoechea - como inimigos da pátria, a despeito de

¹⁴ No original: "March no es enemigo de la República ni amigo de la República; March no fue amigo ni enemigo de la Dictadura; March no fue amigo ni enemigo de la Monarquía; March no es amigo ni enemigo de nadie; March es March... March lo que quiere es que ante su voluntad todo sucumba. March ni nos quiere ni nos odia; el que quiera ir contra su voluntad es su enemigo."

uma breve tentativa de aproximação do movimento republicano em busca de financiamento. Até mesmo entre os falangistas havia diversas críticas ao empresário. José Antonio Primo de Rivera, em 1934, chegou a afirmar que um dos primeiros atos de um governo falangista deveria ser colocar o multimilionário “atrás das grades” (ASIAÍN, 2012, p. 159).

Não obstante, o golpe mais enfático do movimento republicano contra March se daria em 1936, com a expedição de um mandado judicial de apreensão de seus bens, sendo o empresário acusado de tráfico ilegal de tabaco. Precavido frente a essa movimentação republicana, o mallorquino já estava, há dois anos, movendo seus bens para fora de território espanhol e, em paralelo, financiando os franquistas a partir da França e colocando seus barcos à disposição do movimento (ASIAÍN, 2012, p. 160-161). Cerca de 600 milhões de pesetas foram entregues ao general Mola, líder rebelde, a mando do empresário ((VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 436).

A aliança March-Franco foi selada, definitivamente, com a ação do empresário em financiar o aluguel do *Dragon Rapide*. Este foi o avião responsável pelo traslado do General Franco das Ilhas Canárias para Marrocos, de onde foi iniciado o avanço militar sobre a Espanha. Luis Bolín - ex-presidente da *Organización Sindical*, chefe do Sindicato Nacional de Hotelaria e Similares e futuro Diretor Geral de Turismo no governo Franco-, recordando essa operação, afirmara que:

O aparato [para o traslado] devia estar em Casablanca no dia 11 de julho, e o piloto devia se hospedar no hotel Carlton, esperando ali a chegada de um emissário que se apresentaria com a senha “Galicia saluda a Francia”. (...) o aparato alugado foi um De Havilland, o famoso Dragon Rapide (...) A operação se fez com a assessoria e colaboração de Juan de la Cierva e financiamento de Juan March. (BOLÍN, 1967, p. 102. Tradução própria)¹⁵

O apoio de March não ficou restrito aos aviões. O empresário atuou de forma decisiva para garantir que as naves do movimento nacional fossem abastecidas pelos combustíveis provenientes da CAMPSA (*Compañía*

¹⁵ No original: “El aparato tenía que estar en Casablanca el día 11 de julio, y el piloto debería hospedarse en el hotel Carlton, esperando allí la llegada de un emisario que se daría a conocer pronunciando la contraseña “Galicia saluda a Francia” (...) el aparato alquilado fue un De Havilland, el famoso Dragon Rapide (...) La operación se hizo con el asesoramiento y la colaboración de Juan de la Cierva y financiamiento de Juan March.”

Arrendataria del Monopolio de Petr6leos), empresa estatal espanhola do petr6leo. Para tanto, precisou garantir financiamentos 6 mesma e costurar a manuten77o do fornecimento de combust6veis 6 petroleira por parte da Texaco, principal parceira da companhia espanhola (VILLANUEVA in MART6N ACE6A; MART6NEZ RUIZ, 2006, p. 440). Embora o papel de March enquanto garantia financeira para Texaco seja importante, n6o devemos exager6-lo. O presidente da Texaco era o capit6o Rieber, um convicto apoiador de Hitler. A despeito de neg6cios junto 6 estatal espanhola nos anos 1920 e 1930, a partir do estabelecimento do governo franquista em Burgos a Texaco passa a fornecer petr6leo diretamente para os sublevados. Tratando das condi77es de pagamento por parte dos espanh6is, 6 famoso o telegrama de Rieber a Franco, em que afirma: “*Don’t worry about the payment*” (ASIA6N, 2012, p. 172).

Uma pergunta, por6m, desponta quando analisamos a movimentac77o do empres6rio. Se March esteve preso durante boa parte da d6cada de 1930, como foi poss6vel realizar essa grande movimentac77o de dinheiro – da Espanha para o exterior; do exterior para a Espanha?

A resposta est6, principalmente, na destacada atua77o do Banco londrino *Kleinwort, Sons and Co.* Jehanne Wake, em seu estudo sobre a hist6ria do banco Kleinwort, aponta que a rela77o do banco ingl6s com a Espanha era pr6via ao pr6prio March. Membros da aristocracia espanhola, outros aristocratas radicados na Inglaterra e o pr6prio Rei Alfonso XIII – 6ltimo antes da proclama77o da Segunda Rep6blica, em 1931- j6 faziam dep6sitos em moedas, joias e ouro para o banco. Nos anos 1920 e 1930 Juan March tornou-se seu principal cliente, valendo-se de seus lucros provenientes do contrabando de tabaco. Essa rela77o privilegiada junto ao banco foi o que permitiu a March abrir linhas de cr6dito aos sublevados na ordem de milh6es de libras esterlinas (WAKE, 1997). Foi a partir do banco Kleinwort que sa6ram cr6ditos usados para pagar os avi6es empregados pela frente franquista para recha77ar a invas77o das ilhas baleares ¹⁶, financiar o governo estabelecido em Burgos e comprar boa parte das armas necess6rias para a guerra (ASIA6N, 2012, p. 162).

¹⁶ Beevor afirma que essa foi uma vit6ria estrat6gica para o grupo franquista na guerra civil (BEEVOR, 2005).

Como extensão dessa constante conversão entre pesetas e libras, empréstimos para o bando sublevado e compra e venda de armamentos, a fortuna do empresário aumentou. Biógrafos chegam a quantificar esse aumento em um total de 3 bilhões de pesetas entre 1936 e 1939. Esse dinheiro foi investido, majoritariamente, em novos ativos. Dentre eles chama a atenção a inauguração da Aucona (*Compañía Auxiliar de Navegación*) – sediada em Burgos, capital da Espanha franquista - e a Sociedade J. March and Co. - sediada em Londres, cuja função era a de controlar o comércio entre Espanha e Inglaterra (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 440).

O que une os exemplos de March, Cambó, Huarte e outros empresários não é só o fato de possuírem nacionalidade espanhola e apoiarem de forma convicta o movimento de sublevação. Mas, também, os elos internacionais que foram colocados à disposição do franquismo por esses destacados empresários. Esse será o tema abordado na próxima sessão¹⁷.

3. EMPRESARIADO E A SUBLEVAÇÃO FRANQUISTA. QUESTÕES EXTERNAS

Em 27 de maio de 1938, o jornal *El Pueblo Gallego* reproduzia a notícia abaixo:

Berlim. O periódico norte americano “Boston Post” reproduziu, há alguns dias, as manifestações feitas há alguns dias no Senado de Washington pelo senador David Wash sobre a guerra da Espanha. Declarações que contém interessantes detalhes com respeito ao proceder inqualificável dos elementos marxistas espanhóis.

Disse, entre outras coisas, que o professor da Universidade de Liverpool, Mr. Alisson Peers, especialista em história da Espanha, estima em cem o número de pessoas que premeditadamente foram vítimas neste período de guerra.

Os assassinos penetravam nas casas, dando morte a famílias inteiras, inclusive mulheres e crianças (...) Os assassinatos de sacerdotes, freis e freiras constituíam um espantoso exemplo de

¹⁷ Convém aqui uma breve elucidação: a separação entre aspectos internos e externos do apoio ao golpe franquista obedece muito mais a fins didáticos da organização do artigo do que a uma precisão histórico-geográfica. Afinal, conforme abordado por Pierre Vilar (1992) e tantos outros pesquisadores da Guerra Civil Espanhola, este conflito, em muitos aspectos, foi uma prévia da Segunda Guerra Mundial. Fato decorrente não só da internalização da polarização ideológica que cindiu o mundo, como também pelos apoios concretos recebidos por ambas as frentes de batalha por outros países.

assassinatos em série. Centenas de eclesiásticos foram assassinados e tiveram seus cadáveres mutilados. Enquanto às freiras, depois de fazê-las sofrer toda classe de ultrajes, as matavam e tiravam os vestidos dos cadáveres.

“Se Franco triunfa, e disso não se pode duvidar, Espanha viverá dias de paz”, agregou o senador. [El Pueblo Gallego. Vigo: 27.May.1938. Año XV, n. 4583, p. 6. Tradução própria]

El Pueblo Gallego era o mais tradicional jornal da Galícia e, desde a década de 1920, era comandado pelo jornalista Manuel Portela Valladares, um político local que se identificava enquanto um liberal. Em 1936, quando a vitória da Frente Popular foi proclamada, seu jornal foi vendido e passou ao comando de Manuel Hedilla - quadro da FET-JONS. Concomitante à venda, o jornal começou a contar com o financiamento de indústrias e associações patronais locais. Agora, como porta voz do partido falangista, o jornal converteu-se em uma máquina propagandista contra o “marxismo bolchevismo”. A notícia em questão talvez seja um dos maiores exemplos da propaganda do movimento franquista à sociedade civil espanhola: a difusão da ideia de que os marxistas e republicanos desprezariam a Igreja Católica, fato este expresso pelos assassinatos em série e abusos cometidos a freiras. Mais do que crimes de guerra, as notícias sempre contavam com relatos de perversão praticados pelos marxistas, retratados como “hereges e demoníacos”. O fato de a apuração da notícia ter se dado por alemães é um indicativo dessa construção de uma agenda internacional anticomunista no período.

Dessa maneira, essa matéria resume uma operação complexa levada à cabo pela Frente Nacional: uma associação entre empresariado (via financiamentos), Alemanha nazista, falangismo/franquismo, catolicismo espanhol e anticomunismo. Este último, inclusive, atuava como um elo entre Espanha, Itália e Alemanha. Não deixando de considerar toda complexidade desse processo histórico, podemos, talvez, afirmar que o anticomunismo tenha sido o aspecto mais crucial do governo franquista¹⁸.

É nessa seara que podemos entender a aproximação de Franco com

¹⁸ O anticomunismo serviria, após a Segunda Guerra Mundial, para um verdadeiro reposicionamento das relações exteriores espanholas: de país amigo do eixo para aliado dos Estados Unidos. É justamente essa aliança que garantirá uma sobrevivência do governo Franco. Ver, por exemplo: (ÁLVARO MOYA, 2011; CALVO GONZÁLEZ, 2001; GOMÉZ-ESCALONILLA y AGUINAGA, 2011)

Mussolini, ditador italiano no período. O apoio do *Duce* à causa franquista já é um fato bastante conhecido, sendo o ponto aqui trazido a análise de como os empresários espanhóis atuaram em favor dessa parceria. Os primeiros contatos e acordos de ajuda ao movimento sublevado espanhol se deram a partir de encontros que tiveram na figura de Antonio Goicoechea – importante representante dos interesses empresariais no governo franquista – um elemento central. O documento abaixo, traduzido e transcrito, é sintomático do papel desempenhado por Goicoechea:

Ata oficial da reunião mantida com Mussolini no Palácio de Veneza em 31/03/1934 redigida por representantes espanhóis.

Presentes, além daqueles que se manifestaram abaixo: Emilio Barrera, chefe de Estado maior do exército; Antonio Lizarza, comandante chefe dos sublevados do País Vasco; Rafael de Olazábal, chefe do movimento carlista.

DUCE. Agora vamos tratar do tema das armas.

BALBO ¹⁹. Ontem estivemos discutindo de maneira exaustiva. Creio que, no atual momento, não podemos lhes dar mais de um certo número de bombas, 10 mil fuzis e 200 metralhadoras. Naturalmente essas armas devem ser retiradas do velho material da guerra mundial, e devem ser de marca austríaca-alemã para não comprometer de nenhum modo a Itália.

DUCE (a Balbo). Creio que não será difícil encontrar essas armas.

BALBO (dirigindo-se ao Duce). As 200 metralhadoras as temos já em caixas em Orbetello e para os 10 mil fuzis será suficiente dar a ordem a Baistrocchi: o mesmo para as bombas, que terão que ser muitas e de fabricação recente.

DUCE. Agora passemos ao dinheiro. Quanto vocês creem que necessitam para um primeiro momento?

GOICOECHEA. Creio que será suficiente com um milhão e meio de pesetas.

DUCE. Existe uma dificuldade técnica para ter essa quantidade em um período breve, porque as pesetas não se encontram facilmente no mercado internacional, e terei que fazer com que sejam compradas pequenas quantidades para não levantar suspeitas. Evidentemente o Estado não intervirá diretamente, porque devido às leis italianas, nada escapa ao controle público. Contudo, existem alguns organismos econômicos que

¹⁹ Italo Balbo foi aviador, militar e político do Partido Nacional Fascista. Um dos quadros de maior destaque do partido, sendo um dos principais organizadores da Marcha sobre Roma. Torou-se governador da Líbia.

obedecem ao Estado, através dos quais se levará a cabo a operação. Finalmente peço que proporcionem a Balbo o nome da pessoa a quem será entregue o dinheiro.

GOICOECHEA. Está bem, nos colocaremos de acordo nesse ponto e trataremos com o Marechal Balbo. (Documento transcrito e disponibilizado em ASIAÍN, 2012, Anexo III, p. 991)

O documento acima é o primeiro de uma série de outras atas de reuniões envolvendo Mussolini e representantes do governo franquista, para discutir formas de apoio do primeiro a estes. A reunião do Palácio de Veneza possui valor histórico inegável, ao colocar em foco os apoios financeiros e de armamentos conferidos pela Itália fascista para a derrota da Espanha republicana. Para o nosso propósito, chama a atenção como Goicoechea – que já não era mais apenas um representante do empresariado, e sim um quadro orgânico do franquismo – ocupa um papel de destaque na negociação, ao responder em nome de um grupo formado por integrantes de alto escalão do exército franquista. Não devemos, com esse exemplo, exagerar e afirmar que Goicoechea era um representante eleito pelo empresariado e era este o setor mais importante da sublevação espanhola. O que, sim, podemos constatar, é o grau de importância conferido a um quadro orgânico do movimento franquista cuja “porta de entrada” no movimento foi, em boa medida, as relações estabelecidas junto ao empresariado espanhol.

O já mencionado Luis Bolín é outro exemplo de empresário que sobe posições dentro do regime franquista – de chefe do sindicato de hotelaria para presidente da *Organización Sindical* e, depois, ministro do turismo de Franco – e se converte em negociador de Franco junto ao regime fascista italiano. Em outro documento, de 1936, com o governo da Frente Nacional estabelecido em Burgos, podemos ver que Bolín foi enviado por Franco para pedir ajuda com munição e armas para o governo fascista. Acompanhado do Marquês de Viana, chefe da Marinha, chegou em Roma para uma reunião com o Conde Ciano, ministro de assuntos exteriores de Mussolini. Para facilitar o pleito, Bolín levava uma carta de apresentação escrita pelo próprio rei Afonso XIII. Como o resultado dessa negociação foi um impasse, o Rei Afonso XIII foi pessoalmente tentar se encontrar com o Duce – não sendo documentado, no entanto, se a reunião de fato ocorreu -, provocando uma imensa raiva no movimento republicano por sua

participação na guerra civil (ASIAÍN, 2012, p. 708).

Um terceiro nome de destaque dos assuntos Espanha-Itália no período é o do já citado Juan March. Quando, por volta do começo dos anos 1930, inicia sua movimentação de retirada de contas e ativos da Espanha para bancos no exterior, o empresário se torna um importante ativo para o governo franquista. Em setembro de 1936, por meio do Banco Kleinwort, March depositou cerca de 121,5 toneladas de lingotes de ouro para manter a ajuda de Mussolini aos sublevados, materializada na tática de defesa de Mallorca frente ao avanço republicano com aviões de combate Savoia (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 439). A riqueza de March era tamanha que conseguia realizar depósitos de ouro superiores às reservas de ouro de muitos países. Aproveitando a boa relação com Mussolini nesse contexto de guerra, foi acordado entre os dois a constituição de uma companhia mista responsável por intermediar o comércio entre Itália e Espanha, a *Sociedad Anónima Financiera Nacional Italiana* (Safri) (ASIAÍN, 2012, p. 164).

À parte a questão econômica, o aspecto geopolítico era crucial para o apoio italiano. Uma vitória republicana poderia criar um eixo Paris-Madrid antifascista que acabaria por isolar a Itália como único país fascista no mediterrâneo. Ademais, do ponto de vista da tática militar, a possibilidade de utilizar as Ilhas Baleares espanholas para um possível ataque contra Inglaterra e França agradava ao *Duce*. Cerca de 80 mil italianos combateram na Espanha, além 759 aviões, ao redor de 6600 canhões, morteiros e metralhadoras, 157 tanques, milhares de fuzis e milhões de projéteis (VILAR, 1992; ASIAÍN, 2012, p. 715 a 719). Para tanto, os empresários espanhóis atuaram fortemente não só como garantia de financiamento, mas, também, enquanto espécie de elo diplomática entre Franco e Mussolini.

Não obstante um menor apoio do que o conferido pela Itália, a Alemanha de Hitler também teve uma participação importante na ajuda ao movimento franquista. A distância com a Espanha, a chegada ao poder mais tardiamente de Hitler e, principalmente, as outras prioridades do governo alemão na Segunda Guerra Mundial, fizeram com que esse apoio não tivesse um aspecto tão incondicional como o caso fascista. Mas ele não deixou de existir e, nesse ínterim, novamente segmentos do empresariado espanhol atuaram em seu

favor.

A busca do movimento antirrepublicano pelo apoio alemão sempre existiu. A viagem do general Sanjurjo à Alemanha, em 1936, sob o pretexto de acompanhar a participação espanhola nos Jogos Olímpicos de Inverno, pode ser um primeiro indicativo mais concreto. Mas, segundo Asiaín (2012, p. 724), a movimentação oficial se inicia em 21 de julho daquele ano, quando Franco encarrega a Johannes Bernhardt a missão de contatar diretamente Hitler. Johannes Bernhardt era um empresário hispano-alemão radicado no Marrocos cujo negócio era a comercialização de produtos manufaturados alemães. Ex-militar, suas relações junto ao aparato nazista lhe garantiram a condecoração de General da SS, tropa de Hitler. Entendendo essa aproximação como benéfica também para os seus negócios, Bernhardt e seu sócio Adolf Langenheim, acompanhados do líder militar franquista Francisco Arranz Monasterio, viajaram à Alemanha com uma carta de Franco dirigida ao Führer. Em reunião com o chefe nazista, foram autorizados a transmitir à Franco o deferimento de seu pedido de ajuda por parte de Hitler, que via na Península Ibérica um local estratégico para provisão de matérias-primas (ASIAÍN, 2012, p. 724-725).

Como extensão dessa relação privilegiada, Bernhardt foi responsável por organizar um modelo de negociação entre os Estados espanhol e alemão mediante a constituição de duas “empresas fantasma” – Hisma (*La Sociedad Hispano-Marroquí de Transportes*) e Rowak (*Rohstoff-WarenKompensation Handelsgesellschaft*). As empresas operavam um sistema que, basicamente, consistia em permutas de armas alemãs por matérias-primas espanholas, adequando-se a um marco cambial específico – 3,44 pesetas espanholas por um marco alemão. Bernhardt se converteu em diretor geral das duas empresas. (ASIAÍN, 2012, p. 729-730). O modelo de permuta via empresas garantia uma menor necessidade de liquidez por parte dos governos, o que era importante em um período de guerra.

O supracitado Juan March também atuou, ainda que de maneira menos decisiva, nessa aproximação entre Alemanha e Espanha. Com seu dinheiro comprou, através do Almirante Canaris, seu contato junto ao Estado alemão, armamentos que seriam distribuídos para o movimento franquista. Além disso, influenciou colegas a atuarem conjuntamente na compra de armamentos

alemães para guerra civil (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 439). Diferentemente do caso italiano, no entanto, March não contava com tantos contatos junto ao aparato estatal alemão.

Os exemplos discutidos anteriormente permitem uma análise mais aprofundada da relação entre o empresariado e o franquismo enquanto uma complexa *rede de interesses*, indo além de um simples apoio social, conforme colocado por González Fernández (2017, p. 14). Por apoio social, podemos caracterizar uma relação baseada em vantagens e privilégios concedidos por aqueles capazes de oferecê-los, representando um pedido atendido ou lobby estabelecido. Contudo, a noção de rede de interesses sugere uma ligação muito mais intrincada, em constante retroalimentação. Mais do que meramente realizar lobby, o empresariado espanhol atuou como um articulador central das políticas do movimento de sublevação. Os casos apresentados reforçam essa tese: o empresariado não apenas identificou oportunidades de lucro ao se aliar aos países do eixo, mas também desempenhou um papel ativo como uma espécie de diplomacia extraoficial em muitos contextos.

Isso ressalta a importância de estudos aprofundados sobre a interseção entre empresários e regimes ditatoriais, ampliando a compreensão dessa relação complexa e multifacetada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, pode-se concluir que a relação entre o empresariado e os golpes ditatoriais transcende fronteiras geográficas e contextos históricos. Ao ampliar o escopo para além do cone sul, redirecionando o olhar para a experiência espanhola, explicita-se que a atuação dos empresários foi determinante na ascensão do franquismo. Nessa seara, essa relação foi além de uma posição de mero lobby e configurou-se enquanto conexão orgânica entre os interesses econômicos e as ambições diplomáticas franquistas, tal qual analisado na primeira parte do trabalho.

Uma análise sobre a Guerra Civil Espanhola revela a participação ativa do empresariado na desestabilização da Segunda República. Para tanto, destaca-se não apenas sua influência interna, mas também seu papel crucial na

articulação internacional do governo de Franco, ao atuar pela construção de laços com potências fascistas, conforme buscou-se argumentar nas duas últimas sessões do artigo.

Assim, compreender o engajamento dos empresários nesse contexto histórico é essencial para desvelar não apenas os aspectos políticos, mas principalmente os motivos econômicos que impulsionaram sua colaboração na supressão dos regimes democráticos.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO MOYA, Adoración. Hízose el milagro. La inversión directa estadounidense y la empresa española (c. 1900-1975): A miracle happened: US direct investment and Spanish enterprise (c. 1900-1975). **Economic History Research / Investigaciones de Historia Económica**, v. 7, n. 3, p. 358–368, nov. 2011. DOI 10.1016/j.ihe.2011.07.004. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,uid&db=30h&AN=73875379&lang=es&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 8 set. 2023.

AMORÓS, Mario. **Pinochet. Biografía militar y política.pdf**. [S. l.]: Penguin Random House Grupo Editorial, 2019.

ASIAÍN, José Ángel Sánchez. **La financiación de la Guerra Civil española. Una aproximación histórica**. Madrid: Editorial Crítica, 2012.

BEEVOR, Antony. **La Guerra civil española**. Barcelona: Crítica, 2005(Memoria crítica).

BASUALDO, Victoria. Grandes empresas y dictaduras en América Latina durante la Guerra Fría: nuevas contribuciones. **Repressão aos trabalhadores e responsabilidade empresarial nas ditaduras do Cone Sul**. Rio de Janeiro; Año: 2022; p. 37 - 55

BUESA, Mikel; PIRES, Luis. Intervencionismo estatal durante el franquismo tardío: la regulación de la inversión industrial en España. **Revista de Historia Industrial**, v. n.21, p. 159–198, 2002.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). **El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya**. Montevideo: Penguin, 2016.

BRODER, Albert; FELIU, Gaspar. Historia económica de la España contemporánea. **(No Title)**, 2000.

CABRERA, Mercedes. Historia de un desencuentro. La patronal ante la política

económica de la Segunda República (1931-1933). **Pasado y Memoria**, n. 2, p. 33–52, 1 dez. 2003. DOI 10.14198/PASADO2003.2.02. Disponível em: <http://pasadoymemoria.ua.es/article/view/2003-n2-historia-de-un-desencuentro-la-patronal-ante-la-politica-economica-de-la-segunda-republica-1931-1933>. Acesso em: 18 set. 2023.

CALVO, Rafael Leonisio. Izquierda abertzale: De la heterogeneidad al monolitismo. In: **Coetánea: III Congreso Internacional de Historia de Nuestro Tiempo**. Universidad de La Rioja, 2012. p. 377-388.

CALVO GONZÁLEZ, Óscar. ¡Bienvenido, Mister Marshall! La ayuda económica americana y la economía española en la década de 1950. **Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 19, n. S1, p. 253–275, mar. 2001. DOI 10.1017/S0212610900009617. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0212610900009617/type/journal_article. Acesso em: 8 set. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CASTAÑO, Begoña.; QUIROGA VALLE, Maria Gloria. **José Entrecañales Ibarra : ingeniero, empresario y profesor, 1899-1990**. Madrid: Fundación José Entrecañales Ibarra, 2011.

COMÍN, Francisco; ACEÑA, Pablo Martín. Los empresarios de Franco. La política autárquica y el INI. **Los empresarios de Franco. Política y Economía en España. 1936-1957**. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante, 2003. p. 362.

DE LA TORRE, Joseba; GARCÍA-ZÚÑIGA, Mario. El impacto a largo plazo de la política industrial del desarrollismo español. **Investigaciones de Historia Económica - Economic History Research**, v. 9, n. 1, p. 43–53, 1 fev. 2013. DOI 10.1016/j.ihe.2012.09.001. Disponível em: <https://www.elsevier.es/es-revista-investigaciones-historia-economica-economic-328-articulo-el-impacto-largo-plazo-politica-S1698698912000707>. Acesso em: 10 set. 2023.

GAGO, Jesus María. Grupos empresariales y relaciones banca-industria en España durante el franquismo: una aproximación microeconómica. **ICE, Revista de Economía**, n. 812, 31 jan. 2004. Disponível em: <https://revistasice.com/index.php/ICE/article/view/598>. Acesso em: 8 set. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOMÉZ-ESCALONILLA, Lorenzo Delgado; AGUINAGA, Pablo León. Americanización de Europa, Guerra Fría y estudios históricos: jalones de una trayectoria / Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla y Pablo León Aguinaga |

Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. **Historia del Presente**, Introdução. v. 17, n. América e Franquismo, p. p.5-11, 2011. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/americanizacion-de-europa-guerra-fria-y-estudios-historicos-jalones-de-una-trayectoria/>. Acesso em: 8 set. 2023.

GOÑI, M. G. La internacionalización de los servicios de ingeniería en España. **ICE, Revista de Economía**, n. 844, 31 out. 2008. Disponível em: <https://revistasice.com/index.php/ICE/article/view/1180>. Acesso em: 3 set. 2023.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ángeles. La representación de los intereses empresariales en el franquismo: los Consejos Provinciales de Empresarios, 1965-1975. 2004. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/la-representacion-de-los-intereses-empresariales-en-el-franquismo-los-consejos-provinciales-de-empresarios-1965-1975-789446/>. Acesso em: 25 set. 2023.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ángeles. La tutela europea. Estereotipos, enfoques y estrategias para la integración ibérica en las comunidades europeas (1977-1985). **Mélanges de la Casa de Velázquez**, n. 48, seq. Mélanges de la Casa de Velázquez, p. 287–308, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6491621>. Acesso em: 25 set. 2023.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ángeles. Los empresarios ante los regímenes democráticos en España: la II República y la Transición. **Pasado y memoria**, n. 6, p. 33–55, 2007. DOI 10.14198/PASADO2007.6.03. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10045/14160>. Acesso em: 25 set. 2023.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ángeles. Una esperanza acongojada. Los empresarios españoles y portugueses ante el ingreso en la CEE, 1957-1977. **Hispania**, v. 72, n. 242, p. 699–722, 30 dez. 2012. DOI 10.3989/hispania.2012.v72.i242.384. Disponível em: <https://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/384>. Acesso em: 25 set. 2023.

JIMÉNEZ, Luis Eduardo. Los empresarios y el Estado en torno a las intervenciones del régimen de Franco: la regulación de la inversión industrial (1938–1963). **Investigaciones de Historia Económica**, p. 145–178, 2005. DOI 10.1016/S1698-6989(05)70005-9. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/IHE/article/view/69965>. Acesso em: 8 set. 2023.

MARTÍN ACEÑA, Pablo. **La economía de la guerra civil**. [S. l.]: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2013. Disponível em: <https://elibro-net.bucm.idm.oclc.org/es/ereader/universidadcomplutense/42913>. Acesso em: 8 set. 2023.

MARTÍN ACEÑA, Pablo.; MARTÍNEZ RUIZ, Elena. **La economía de la Guerra Civil**. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006. Disponível em: <https://www.digitaliapublishing-com.bucm.idm.oclc.org/a/63577/la-economia-de-la-guerra-civil>. Acesso em: 8 set. 2023.

MOLINERO, Carmen.; YSAS, Peres. Los industriales catalanes durante el franquismo. **Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 8, n. 1, p. 105–129, mar. 1990. DOI 10.1017/S021261090000207X. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S021261090000207X/type/journal_article. Acesso em: 25 set. 2023.

NICOLÁS ZÁRATE, Elisabet. La internacionalización de los grupos de construcción españoles. fev. 2017. Disponível em: <https://repositorio.upct.es/handle/10317/5634>. Acesso em: 3 set. 2023.

PALAFIX, Jordi. Atraso económico y democracia. La segunda república y la economía española. 1892-1936. **Historia Contemporánea**, n. 7, 1992.

RECIO, Glicerio. Los empresarios de Franco. Una Red de intereses. **Los empresarios de Franco. Política y economía en España. 1936-1957**. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante, 2003. p. 362.

RODRÍGUEZ, Blanco; ANDRÉS, Juan. La historiografía de la guerra civil española. **Hispano Nova**, v. 7, 2007.

SÁNCHEZ SOLER, Mariano. **Los ricos de Franco. Grandes magnatas de la dictadura, altos financieros de la democracia**. Barcelona: Roca Editorial de Libros, 2021.

SEOPAN. **Seopan. Circular Informativa sobre la Construcción. 1975**. [S. l.: s. n.], abr. 1975.

SMART, Sebastián; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna (org.). **Complicidad Económica con la Dictadura Chilena: un país desigual a la fuerza**. Santiago: LOM, 2019.

TAMAMES GOMEZ, Ramon. **Estructura económica de España**. 1. ed. Madrid: Madrid: Biblioteca Universitaria de Economía. Guadiana de publicaciones, 1969.

UGARTE, Javier. LA GUERRA CIVIL EN EL PAIS VASCO: LA SUBLEVACION EN ALAVA. **Diario Deia**, p. 20, 1992.

VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. Cuentas pendientes los cómplices económicos de la dictadura. Siglo XXI Editores. Buenos Aires, 2013.

VILAR, Pierre; GÁZQUEZ, José Martínez. **La guerra civil española**. Barcelona: Crítica, 1986.

VILLANUEVA, Eugenio Torres. Las grandes empresas constructoras españolas. Crecimiento e internacionalización en la segunda mitad del Siglo XX. **ICE, Revista de Economía**, n. 849, 31 ago. 2009. Disponível em: <https://revistasice.com/index.php/ICE/article/view/1259>. Acesso em: 3 set. 2023.

VILLANUEVA, Eugenio Torres. Los empresarios: entre la revolución y la colaboración. In: MARTÍN ACEÑA, Pablo; MARTÍNEZ RUIZ, Elena. **La economía de la guerra civil**. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006.

WAKE, Jehanne. **Kleinwort, Benson: The History of Two Families in Banking**. Oxford University Press, 1997.

Recebido em 04/04/2024

Aprovado para publicação em 28/03/2025